

OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MICROBACIAS NO MUNICÍPIO DE ASSIS, ESTADO DE SÃO PAULO¹

Carlos de Castro Neves Neto²
Antonio Nivaldo Hespanhol³

1 - INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo principal analisar o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo, que teve como premissa o desenvolvimento rural sustentável. Além de entender o funcionamento geral do programa, por meio da análise dos seus manuais operacionais, foi escolhido o município de Assis, Estado de São Paulo, no qual foi estudado o caso da Microbacia Água das Antas/Pinheiro/Divisa.

O município de Assis, por estar localizado na região oeste - área prioritária do PEMH - do Estado de São Paulo (450 km da capital), recebeu atenção especial do programa, que buscou reverter o grau de degradação dos recursos naturais, sobretudo o assoreamento de rios, a erosão eólica, e incentivar a formação e/ou fortalecimento das associações de pequenos produtores rurais.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, iniciado no ano 2000, ofereceu uma série de benefícios individuais e coletivos para os produtores rurais do município de Assis, sobretudo para aqueles que tinham área inferior a 50 ha e que possuíam no mínimo 70% de sua renda proveniente das atividades agropecuárias.

2 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dados primários - perfil dos produtores rurais, assistência técnica, ações do PEMH na microbacia hidrográfica, aspectos socioambientais da microbacia, produção agropecuária,

¹Este artigo é fruto da dissertação de mestrado O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP, defendida em 2009. Registrado no CCTC, IE-17/2011.

²Historiador, Mestre (e-mail: netosulian@gmail.com).

³Geógrafo, Doutor, Professor do Departamento de Geografia da FCT/UNESP (e-mail: nhespanhol@gmail.com).

força de trabalho utilizada na propriedade e utilização de agrotóxicos - foram obtidos por meio da aplicação de 20 formulários aos produtores rurais (em um total de 65 produtores) e da realização de entrevistas com o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com o técnico executor responsável pelo programa no município de Assis e com o presidente da Associação de Produtores Rurais da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa. Os formulários foram aplicados aleatoriamente, buscando atender um universo diversificado de produtores rurais dessa microbacia atendida pelo PEMH.

Na primeira parte deste artigo é analisado o programa de microbacias hidrográficas em São Paulo. Foi feita uma análise dos manuais operativos do programa, obtidos na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Destacou-se as práticas individuais e coletivas oferecidas aos participantes e também a evolução e os resultados do programa, desde o seu início em 2000 até o ano de 2008, conforme dados da CATI (2005).

Na segunda parte do artigo, são apresentados os resultados do programa de microbacias na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, que passou a receber os recursos do programa em 2006.

2.1 - O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo

Em sete de dezembro de 1999, foi elaborado um novo programa de microbacias em São Paulo, com a concretização de um empréstimo parcial (nº 4238 BR) do Banco Mundial (BIRD) ao Governo do Estado de São Paulo (CATI, 2001). O custo total do programa foi estimado em US\$124.740.200,00, sendo que US\$55.348.200,00 foram financiados pelo Banco Mundial e US\$69.342.000,00 constituíram a contrapartida do Governo do Estado de São Paulo (CATI, 2001).

Inspirado no Projeto Microbacias (1991-1999) implementado em Santa Catarina e, principalmente, no Paraná Rural (1989-1996), o PEMH entrou em operação no ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: a busca da sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa); participação e envolvimento da sociedade civil; e descentralização e transparência nas ações governamentais (FONTES, 2006).

O PEMH teve como objetivo fomentar o desenvolvimento rural do Estado de São Paulo, a partir da melhoria do nível de renda da população rural, aumento da produtividade, redução dos custos de produção e introdução de uma nova reorientação técnica agrônômica, que passa a valorizar a dimensão ambiental nas políticas públicas estaduais. Assim, o programa de microbacias buscou elevar o padrão de vida das comunidades rurais, implantando sistemas de produção agropecuária que abrangessem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, incentivando os beneficiários e a sociedade civil organizada, sobretudo as associações de pequenos produtores rurais (CATI, 2001).

O PEMH ficou sob responsabilidade da CATI, órgão subordinado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA). O programa teve como meta atingir 1.500 microbacias hidrográficas, beneficiando 90.000 produtores rurais (30%

do total do Estado), em uma área de 4,5 milhões de hectares, durante o período de 2000 a 2008, já que ele foi prorrogado por mais dois anos.

A área média de cada microbacia beneficiada pelo PEMH foi de 3.000 ha, englobando entre 40 a 120 produtores. As pequenas propriedades e os pequenos produtores rurais, com área de até 50 ha e 70% da renda proveniente das atividades agropecuárias, foram os focos prioritários de ação operacional do programa.

As regiões prioritárias para a ação do programa foram escolhidas com base no grau de degradação ambiental, sobretudo a suscetibilidade à erosão, e os problemas socioeconômicos dos municípios envolvidos. Para identificar essas áreas, o PEMH utilizou os mapas dos índices de erosão e de indigência do Estado de São Paulo, elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT-USP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), respectivamente.

A partir dos índices de erosão e de indigência do Estado de São Paulo foram selecionadas as áreas prioritárias do programa. As áreas prioritárias 1, 2 e 3 ficaram, respectivamente, com 70%, 27% e 3% dos recursos oferecidos pelo PEMH (CATI, 2001). O município de Assis fez parte da área prioritária 1 do programa, como mostrado na figura 1.



Figura 1 - Áreas Prioritárias do Programa de Microbacias, Estado de São Paulo. Fonte: CATI (2001).

O PEMH foi dividido em seis componentes: desenvolvimento tecnológico e institucional; pesquisa adaptativa; adequação de estradas rurais; treinamento e difusão; administração; monitoramento e avaliação. Estes se dividem em oito subcomponentes: assistência técnica e extensão rural; organização rural; mapeamento agro-ambiental; educação ambiental, incentivo ao manejo e à conservação do solo e controle de poluição; incentivo à recuperação de áreas degradadas; reflorestamento; fiscalização da lei de uso do solo e de incentivo.

Como é visualizado na tabela 1, o PEMH atendeu 518 municípios, envolvendo mais de 70 mil produtores em uma área total de 3.290.200 ha. É importante ressaltar o aumento no número de associações formadas (369) e o valor investido em incentivo direto, quase 25 milhões de reais.

Tabela 1 - Últimos Resultados do PEMH, Estado de São Paulo, 01/09/2008

Indicadores	Realizados
Municípios envolvidos	518
Produtores beneficiados	70.400
Microbacias trabalhadas	986
Área total trabalhada	3.290.200 ha
Projetos Individuais de Propriedade (PIP) elaborados	26.000
Associações de produtores formadas/fortalecidas	369
Estradas rurais adequadas em 300 municípios	1.232 km
Produtores beneficiados com incentivos diretos	16.284
Dinheiro desembolsado em incentivos diretos	R\$24,9 milhões
Agentes ambientais capacitados	600
Voçorocas controladas em áreas degradadas	830
Mudas de espécies nativas produzidas e distribuídas	2.500.000
Mata ciliar recomposta	1.300 ha
Cercas de proteção construídas em nascentes ou riachos	602 km
Práticas conservacionistas implantadas	46.525

Fonte: CATI (2008b).

No tocante aos gastos do PEMH (até agosto de 2007), R\$120 milhões de reais foram investidos, sendo R\$68 milhões em recuperação de estradas rurais, R\$5,1 milhões para a compra de *kits* de informática e máquinas de plantio direto para as associações de pequenos produtores e R\$46,3 milhões em benefícios individuais ou coletivos (SÃO PAULO, 2007).

Já na tabela 2, constam as principais práticas de manejo e conservação de solo e da

água realizadas pelos beneficiários com incentivo do PEMH no Estado de São Paulo. Como destacado na tabela 2, o *kit* de informática e o de plantio direto foram os benefícios que atingiram uma maior quantidade de produtores, com respectivamente 9.470 e 11.826 produtores atingidos. Outros itens bastante utilizados pelos produtores foram a aplicação do calcário agrícola (43.690,4 t), atendendo 2.240 produtores; as roçadeiras (costal e tratorizada), beneficiando 7.169 produtores; e o distribuidor de calcário, atingindo 3.341 produtores. Em âmbito municipal, o item do programa de microbacias de maior destaque foi a adequação de trechos críticos de estradas rurais. Ao todo foram adequados 1.630,7 km de estradas rurais, facilitando o transporte de cargas e pessoas nessas áreas.

No aspecto ambiental, o programa possibilitou a construção de 1.537 km de cercas para proteção de mananciais, 24,2 km de cercas para proteção de voçorocas, doou 2.795.915 mudas de espécies florestais nativas e controlou mais de 100.000 ha de erosões.

Devido à grande desvalorização do dólar perante o real nos últimos anos, o PEMH reajustou em 25% (08/2007) o teto por beneficiário, passando de US\$3.000,00 para US\$3.750,00 dólares por produtor. Esse aumento foi necessário para evitar que os produtores rurais atendidos ficassem desestimulados em adotar as práticas conservacionistas preconizadas, em razão da valorização real frente ao dólar (CATI, 2007).

Cabe destacar a influência de interesses político-partidários que dificultaram a operacionalização correta do programa.

Na seleção dos municípios beneficiários e das microbacias, nem sempre predominam os critérios técnicos, havendo forte ingerência de interesses políticos (HESPANHOL, 2007, p. 13).

O mesmo autor aponta problemas quanto à escala de operacionalização do programa:

Um outro problema do programa no Estado de São Paulo reside no fato de não haver articulação em nível regional. A unidade espacial adotada para a intervenção é a microbacia hidrográfica, no entanto, as ações ocorrem no âmbito de cada município isoladamente. Neste caso, se o rio ou o córrego principal ou secundário da microbacia perfizer o limite territorial do município, o que é muito comum, cada um executará o

TABELA 2 - Síntese das Principais Práticas de Manejo e Conservação do Solo e da Água, Executadas pelos Produtores com Incentivo do PEMH, Estado de São Paulo

Práticas apoiadas pelo PEMH no Estado de São Paulo	Número de produtores	Quantidade
Abastecedor comunitário tipo I e II	171	37 u.
Abastecedor comunitário tipo III	6.833	1.093 u.
Adubação verde (aquisição)	54	152,4 ha
Bacia/caixa de captação	4	7,4 ha
Calcário agrícola aplicado	2.240	43.690,4 t
Cercas para proteção de mananciais	3.008	1.537,0 km
Cercas para proteção de voçorocas	52	24,2 km
Controle de voçorocas	1.506	40.756,0 ha
Controle erosão (tratores esteira)	1.512	19.627,5 ha
Controle erosão (tratores pneu)	2.950	48.424,0 ha
Controle erosão (tratores pneu/esteira)	134	1.774,3 ha
Distribuidor de calcário adquirido	3.341	633 u.
Distribuidor de calcário adquirido - T. animal	40	13 u.
Escarificador adquirido	791	149 u.
Faixas de retenção	2	16,7 ha
Fossa séptica biodigestora instalada	1.688	2.022 u.
Kit informática - associações de produtores	9.470	157 u.
Kit plantio direto - associações de produtores	11.826	204 u.
Manutenção 1º ano (APP)	63	126.125 u.
Mudas de espécies florestais nativas plantadas (doação)	2.486	2.795.915 u.
Roçadeira costal adquirida	3.751	1.217 u.
Roçadeira tratorizada adquirida	3.418	656 u.
Semeadora de plantio direto adquirida - T. animal	39	10 u.
Sementes para adubação verde	331	517,8 ha
Sistema de divisão de pastagens instalado	470	1.176,9 ha
Trecho crítico de estrada adequado	0	1.630,7 km

Fonte: CATI (2009).

projeto nos seus domínios, sem que haja a necessária integração das ações no âmbito da microbacia hidrográfica, como preconiza o programa (HESPANHOL, 2007, p. 13).

O PEMH não alcançou os objetivos propostos no seu cronograma inicial. Apenas 986 microbacias foram atendidas, como se verifica na tabela 2, muito aquém de atingir as 1.500 microbacias pretendidas. Também ficou longe de alcançar a meta inicial de controlar as 2.250 ravinas e voçorocas, fazendo o controle de apenas 830 ravinas e voçorocas existentes nas microbacias atendidas. Cabe destacar ainda que o programa envolveu 70.400 famílias, abaixo da meta inicial de 90 mil famílias. E, mesmo com a prorrogação do PEMH por mais dois anos (2000-2008), a sua área de atuação não atingiu os 4,5 milhões de hectares, ficando em 3.290.200 ha.

Embora a recuperação das matas ciliares em APPs constitua um dos aspectos inovadores do programa, Neves Neto (2009) ressalta que

muitos produtores ainda não se conscientizaram da necessidade de reconstituírem as matas ciliares em suas propriedades.

Outro aspecto negativo do programa de microbacias foi a falta de integração entre as instâncias institucionais do Estado, do governo federal e do município. Dentre essas agências do Estado, um exemplo notório da pouca integração com o programa é a participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), repassados aos comitês de bacias, poderiam ser utilizados, juntamente com os recursos do PEMH, para reverterem problemas ambientais identificados nas microbacias, mas isso não tem ocorrido (NEVES NETO, 2009).

Também houve pouca articulação com a sociedade civil organizada, com exceção das associações de produtores rurais e dos CMDRs. Seria interessante que o programa estabelecesse parcerias com as organizações institucionais

(OAB, LIONS, ROTARY) e com outros conselhos (da Saúde, Assistência Social e Criança e Cidadania) para que a sua atuação ocorresse de forma integrada e descentralizada. Isso possibilitaria uma maior fiscalização das ações do programa, aumentando o seu êxito.

As universidades e institutos de pesquisa, como a Agência Paulista de Tecnologia Agropecuária (APTA), poderiam auxiliar na elaboração e atuação no componente pesquisa adaptativa, mas isso raramente ocorre. A participação dessas instituições, sobretudo das universidades públicas, é de suma importância para o fomento de novas tecnologias destinadas ao produtor rural.

Para Ricci (2008), a análise dos indicadores dos resultados do PEMH deveria ser reformulada. Os indicadores apresentados são quantitativos (número de hectares e famílias atendidas, entre outros) e não qualitativos, como seria o mais adequado. Essa forma de avaliar não reflete a premissa principal do programa, que é promover o desenvolvimento rural. Para alcançar esse objetivo, é fundamental a criação de um sistema de monitoramento integrado e participativo de avaliação qualitativa dos resultados do programa em cada microbacia atendida. De acordo com gerente de planejamento do PEMH, José Luis Fontes, foram realizados somente oito estudos de caso até o momento (FONTES, 2008).

Aliada aos problemas ressaltados anteriormente, a principal dificuldade para a continuação do programa é a sua sustentabilidade financeira. Por ser uma política bastante onerosa conduzida pelo governo estadual, envolvendo recursos superiores a 124 milhões de dólares, há forte dependência de recursos provenientes de organismos externos, como o Banco Mundial. Ricci (2008) propõe que os organizadores do programa deveriam lutar para conseguir uma linha de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para subsidiá-lo e inserir o PEMH no orçamento do governo federal, por meio do Plano Plurianual (PPA) ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do governo estadual. Assim, o programa de microbacias poderia se tornar uma política pública de Estado (federal ou estadual) efetiva, em que suas ações não se encerrariam com o fim dos recursos financeiros provenientes do Banco Mundial.

No entanto, o programa de microbacias

tem alcançado resultados positivos entre os produtores rurais do Estado de São Paulo. Conforme Abramovay (2004), esse programa valoriza os segmentos mais pobres dos agricultores. Além desse fator, o PEMH descentralizou as ações, antes restritas ao poder executivo, passando a fazer associações com empresas privadas, instituições, universidades; incentivou a criação de associações de produtores rurais, sendo elas, conjuntamente com os CMDRs, os responsáveis pelos gastos do programa; e introduziu na política agrícola de São Paulo a problemática ambiental, procurando integrar organicamente as condições sociais e ambientais responsáveis pelo desenvolvimento rural.

Na segunda parte do texto, apresentar-se-á alguns resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto para a Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, no município de Assis.

2.2 - O PEMH na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa em Assis

O município de Assis possui nove microbacias hidrográficas: Água do Mumbuca; Água do Pirapitinga; Água Funda/Barreiro; Córrego Pavão/Matão; Córrego do Jacu; Ribeirão da Fortuna; Ribeirão do Cervo; e Ribeirão das Antas/Capão Bonito. No entanto, apenas o Pavão/Matão e Antas/Pinheiro foram contempladas pelo PEMH.

Dentre essas microbacias, o CMDR de Assis - formado por 16 membros de diversas categorias da sociedade assisense - escolheu, no ano de 2001, a Microbacia Água do Pavão/Matão para ser atendida pelo PEMH e, em 2006, a Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa. Os critérios adotados para a escolha dessas duas microbacias basearam-se nas prioridades estabelecidas pelo manual de operação do PEMH (CATI, 2005), levando em consideração o:

- 1) Nível de degradação ambiental;
- 2) Número de pequenos produtores;
- 3) Explorações predominantes;
- 4) Mananciais de abastecimento de água;
- 5) Interesse dos produtores em participar do programa;
- 6) Área da MBH dentro da Unidade de Conservação;
- 7) Maior porcentagem de área de preserva-

ção permanente (CATI, 2005).

A microbacia Água das Antas/Pinheiro/Divisa possui uma área de 3.447 ha, com 65 produtores rurais. As principais atividades agropecuárias dessa microbacia são a pecuária, sobretudo a pecuária leiteira, o cultivo de hortaliças, mandioca, soja e milho.

Observa-se na figura 2, que a pecuária está presente em quase todas as propriedades pesquisadas (70%). Vale destacar que dos 14 produtores que a exploram economicamente, 12 têm como principal fonte de renda a produção de leite. As hortaliças ganham destaque nessa microbacia, sendo que 30% dos produtores as cultivam; a mandioca aparece com 25%; a soja e o milho safrinha aparecem logo em seguida com 20% dos produtores.

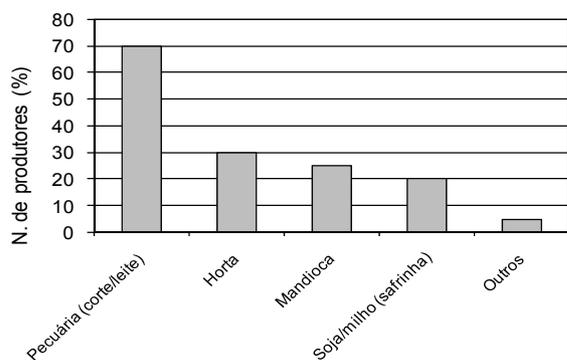


Figura 2 - Produção Agropecuária na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis.
Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na figura 3, que 60% dos produtores pesquisados empregam somente a família; em seguida, 15% utilizam a mão de obra familiar e temporária; 5% das propriedades utilizam o trabalho familiar/temporário e o familiar/temporário/permanente, respectivamente. Vale destacar que 15% dos proprietários entrevistados arrendam suas propriedades. A maioria das propriedades pesquisadas, ou seja, em 85% delas, o trabalho familiar é utilizado, como pode ser visualizado na figura 3.

Quanto ao uso de recursos provenientes do crédito rural pelos produtores rurais da microbacia, 40% declararam utilizar esse financiamento, enquanto 60% não o utilizam. Destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), utilizado por 25% dos produtores rurais da microbacia.

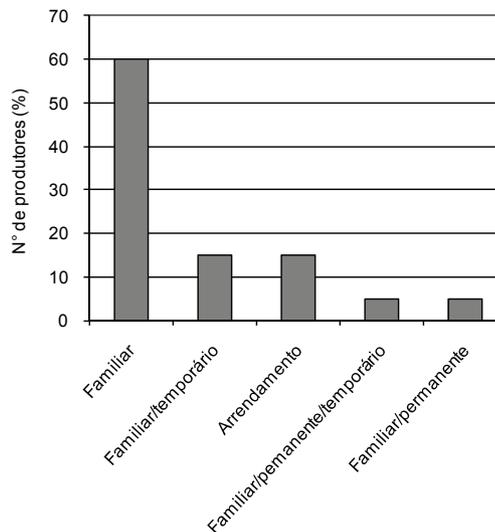


Figura 3 - Mão de obra Utilizada pelo Produtor na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Buscou-se fazer o levantamento da faixa etária dos produtores entrevistados, objetivando analisar o perfil dos proprietários rurais da microbacia. Há um grande número de produtores com mais de 50 anos, cerca de 50% dos entrevistados. Esse dado evidencia o envelhecimento da população rural dessa microbacia, o que dificulta a reprodução social dessas famílias.

Outro aspecto a ser destacado, quando se analisa a idade avançada dos produtores, é a baixa escolaridade dos entrevistados. Verifica-se na figura 4 que apenas 10% dos produtores entrevistados concluíram o nível médio, por outro lado, 70% não chegaram nem a finalizar o nível fundamental. Do total de 20 produtores entrevistados, nenhum declarou ser analfabeto. Esses dados estão relacionados ao fato da maioria dos produtores rurais terem idade superior a 50 anos, os quais tiveram grandes dificuldades de acesso à escola, principalmente para aqueles que moravam na zona rural e também exerciam atividades agrícolas. Dentre as dificuldades, muitos ressaltaram a distância até as escolas, a carência de transportes, entre outros.

Quanto à condição dos produtores rurais entrevistados, 95% são proprietários, enquanto que 5% são proprietários e arrendatários.

Quando se analisa o local de residência dos produtores rurais entrevistados da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, verifica-se que 90%

residem na zona rural, enquanto que, apenas 10% vivem na zona urbana.

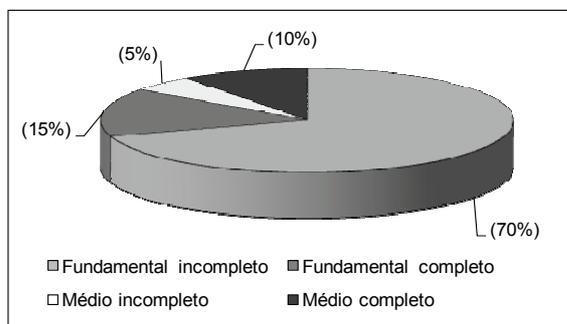


Figura 4 - Escolaridade dos Produtores Rurais Entrevistados na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na microbacia pesquisada há o predomínio das pequenas propriedades. Verifica-se na figura 5 que 85% das propriedades pesquisadas possuem menos de 50 ha, enquanto que as 15% restantes possuem área superior a 50 ha. Em consequência do tamanho reduzido desses estabelecimentos rurais, muitos produtores têm na pecuária leiteira e no cultivo de hortaliças suas principais fontes de renda, como se verificou na figura 2.

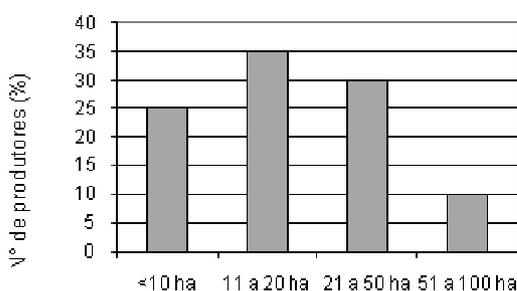


Figura 5 - Tamanho das Propriedades Rurais Pesquisadas na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis.

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao acesso à terra nessa microbacia, 40% dos produtores entrevistados disseram que as herdaram, 30% declararam que as compraram e 30% afirmaram ter comprado uma parte da propriedade e herdado outra.

Com relação à aposentadoria rural,

constatou-se que 55% dos produtores rurais entrevistados a recebem. Muitos relataram que a aposentadoria representa uma grande parte do rendimento familiar e que sem esse dinheiro a vida no campo se tornaria bem mais difícil.

Com relação ao uso de insumos químicos, 55% dos produtores entrevistados utilizam com frequência, enquanto que 45% deles não os utilizam. Muitos produtores relataram que aproveitam o adubo orgânico (esterco do gado) para nutrir o solo.

Dentre os agrotóxicos mais utilizados, o glifosato foi o herbicida mais citado (42%) pelos produtores que utilizam insumos químicos em suas propriedades. Dentre os fungicidas, 17% dos entrevistados afirmaram utilizar a atrazina; já na classe dos inseticidas, o fipronil (principalmente para matar formiga) e o spinosad foram os mais citados nas entrevistas, com 8% cada.

Com relação ao uso de tratores pelos produtores dessa microbacia, destaca-se o papel desempenhado pela Associação de Produtores Rurais, que é responsável por grande parte desse serviço ao produtor. Entre os entrevistados, 50% afirmaram não possuir trator; por outro lado, disseram utilizar a máquina da Associação dos Pequenos Produtores da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa quando necessário. Dentre os agricultores entrevistados, 35% declararam possuir um trator, 10% disseram ter dois e, apenas 5% dos entrevistados afirmaram ter mais do que dois tratores. A associação dos produtores rurais possui três tratores e um tratorista a serviço dos associados. A mensalidade e a hora do trator custam 15 reais, não contabilizado o combustível gasto no serviço. Cerca de 25% dos produtores utilizam os tratores oferecidos pela associação.

Além do trator, outro dado auferido na pesquisa de campo foi o número de resfriadores de leite presentes nessa microbacia. Dos entrevistados, 55% possuem resfriadores para armazenar a produção de leite, seja em conjunto com outros produtores, seja individualmente. Esse leite normalmente é vendido ao laticínio de Lutécia, município próximo a Assis. Geralmente o caminhão desse laticínio passa nas propriedades dos agricultores da Microbacia das Antas/Pinheiro/Divisa três vezes por semana.

A falta de assistência técnica é um dos maiores problemas enfrentados pelos produtores da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divi-

sa. Metade dos produtores rurais entrevistados não recebe nenhum tipo de assistência. A CATI, que é o único órgão público presente no município de Assis incumbido de fazer esse trabalho, não exerce tal papel devido, principalmente, à falta de funcionários.

A ineficiência da extensão rural foi reconhecida pelo próprio diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Assis. Isso se deve à falta de funcionários, principalmente de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos vinculados à CATI, órgão responsável pela operacionalização do programa e pela extensão rural no Estado de São Paulo. O EDR de Assis possui apenas 32 agrônomos para atender 16 municípios. A prefeitura de Assis, em acordo com a CATI, disponibilizou apenas um agrônomo para ser responsável pelas duas microbacias atendidas pelo programa. A falta de funcionários inviabiliza a ação extensionista oferecida pela CATI aos produtores rurais da região.

O técnico executor responsável pelo PEMH⁴ nas duas microbacias de Assis destaca que o principal problema é a falta de funcionários para prestar assistência técnica aos produtores rurais. Ele conta apenas com um auxiliar e um encarregado para a execução de todos os serviços. A assistência oficial praticamente inexistente no município de Assis, ficando o técnico restrito às tarefas burocráticas.

Um dos pontos falhos aí é que, por exemplo, agora, o programa de microbacias já levantou que tem que fazer todo o levantamento e atualização das propriedades (720 a 740 propriedades no município de Assis) até o final do ano (2007). Nós somos poucos funcionários; então, se um funcionário meu sair, eu tenho que ficar, e vice-versa. Então, as coisas vêm meio atropeladas e não tem material humano para fazer tudo⁵.

Dessa forma, verifica-se que 30% dos produtores pagam para ter acesso a esse serviço que deveria ser gratuito, e 10% recebem assistência de técnicos vinculados às cooperativas.

Com relação ao destino dos resíduos

sólidos domésticos das residências da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, 80% dos entrevistados declararam que queimam esses resíduos. Somente 20% dos entrevistados são servidos pelo serviço de coleta da prefeitura ou levam seus resíduos sólidos, sobretudo materiais recicláveis (alumínio, plásticos, papel), para o Complexo de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos “José Santilli Sobrinho”.

Quanto ao encaminhamento dos resíduos sólidos da produção agropecuária, 45% dos produtores entrevistados devolvem os vasilhames utilizados na produção agropecuária para as empresas nas quais os produtos foram comprados; 30% levam-nos à Associação dos Canais Distribuidores de Defensivos Agrícolas do Município de Assis (ACDAMA); 20% dos entrevistados não utilizam nenhum insumo químico. Apenas 5% destinam inadequadamente as embalagens de agrotóxicos (fungicidas, herbicidas, inseticidas), ou seja, queimam os vasilhames.

Segundo o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, que também é proprietário rural na mesma microbacia, o PEMH tem oferecido benefícios para o manejo adequado do solo e da água, como a aquisição de calcário, terraceamento, cercas para a proteção de mata ciliar e a construção de oito poços semi-artesianos.

Conforme se verifica na tabela 3, as práticas de manejo e conservação do solo e da água, executada pelos produtores com incentivo do PEMH na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa que mais se destacaram foram a construção de abastecedouros comunitários, que atenderam 40 produtores, o que implicou em investimentos da ordem de R\$298.168,00; a aquisição de 108 toneladas de calcário, beneficiando 4 produtores rurais a um custo de R\$5.562,00; o controle de erosão em 14,3 ha, atendendo 2 propriedades rurais. Somente 1 produtor rural requisitou ao PEMH cercas para proteção de mananciais.

No total, o PEMH investiu R\$253.073,52 em valores apoiados aos produtores da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa. A contrapartida do produtor atendido nessa microbacia restringiu-se a R\$83.941,56, porcentagem baixa quando comparada ao valor total apoiado calculado em R\$337.015,08.

⁴Funcionário da prefeitura desde 2002 e foi o quarto agrônomo a passar pela execução do programa de microbacias em Assis.

⁵Entrevista realizada em 04 out. 2007.

TABELA 3 - Práticas de Manejo e Conservação do Solo e da Água, Executada pelos Produtores com Incentivo do PEMH na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis

Práticas	N. produt.	Quantidade	Unidade	Valor total (R\$)	Valor apoiado (R\$)
Abastecedouro comunitário	40	8	u.	298.168,00	216.913,80
Calcário agrícola aplicado	4	108,0	t	5.562,00	4.141,80
Cercas para proteção de mananciais	1	1,0	km	3.991,54	3.590,37
Controle de voçorocas	1	31,0	hs	2.138,99	2.138,99
Controle de erosão - terraceamento executado	2	14,3	ha	2.821,42	1.955,43
Kit informática - associações de produtores atendidas	55	2	u.	24.333,13	24.333,13
Total	-	-	-	337.015,08	253.073,52

Fonte: CATI (2008a).

Como essa microbacia só foi selecionada para receber os recursos do programa em 2006, muitos benefícios oferecidos pelo PEMH, como a readequação de estradas rurais, fossa séptica biodigestora, maquinários (roçadeira, distribuidor de calcário) não foram totalmente requisitados pelos produtores, ao contrário da Microbacia da Água do Pavão/Matão, que foi a primeira microbacia a ser atendida no município de Assis em 2001 e, portanto, os produtores tomaram conhecimento do programa com antecedência.

Vale destacar a forte atuação da associação de produtores rurais na divulgação do programa. Ou seja, 75% dos proprietários rurais dessa microbacia ficaram sabendo do PEMH por meio da associação, 15% tomaram conhecimento do PEMH pela CATI e 5% pelo rádio.

Quando perguntados sobre a opinião acerca do programa, 85% dos produtores rurais entrevistados disseram que o PEMH é ótimo/bom, 10% não o conhecem e 5% acham o programa mal organizado.

Dentre as principais razões que levaram os produtores a avaliarem o PEMH como ótimo/bom estão:

- Auxílio ao pequeno produtor rural (calcário);
- Maquinário para a associação, principalmente a máquina de plantio direto e o triturador;
- Bastante recurso para o produtor, como fossa séptica, poço semiartesiano, cerca para isolar a mata ciliar, faz curva de nível para o combate à erosão;
- Benefícios para o produtor conservar o solo e fazer curva de nível.

Cabe destacar que 65% do total de produtores entrevistados tiveram algum incentivo

(coletivo e/ou individual) do programa até o final de 2007 e 35% ainda não tinham recebido nenhum recurso do PEMH. A construção de poços semiartesianos foi o principal benefício alcançado pelos produtores, atendendo 30% das propriedades pesquisadas; o calcário vem logo em seguida, com 25% dos produtores beneficiados; a implantação de curva de nível e terraceamento aparece em 15% das propriedades; e 10% dos agricultores fizeram cerca para o plantio de mata ciliar. Foram construídos oito poços semiartesianos na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, sendo este um dos recursos mais requisitados pelos produtores entrevistados dessa área.

Com relação às críticas ao programa, 25% dos produtores reclamaram da falta de uma linha de crédito rural destinada ao fomento do pequeno produtor rural; 20% dos entrevistados disseram que o maior problema é a burocracia, sobretudo, a dificuldade de se conseguir os três orçamentos necessários para obter os benefícios. Somente um produtor disse que o programa é mal organizado. Um dado interessante nessa entrevista foi que 50% dos proprietários rurais entrevistados não tiveram nenhuma crítica em relação ao PEMH ou não quiseram responder.

Foram selecionadas três práticas para analisar os aspectos socioambientais da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, são essas: técnicas utilizadas no manejo do solo; técnicas utilizadas no manejo da água; plantio de mudas de espécies nativas nas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

No que concerne às técnicas utilizadas pelos produtores rurais pesquisados na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa,

95% dos entrevistados utilizam alguma técnica no manejo do solo. Somente 5% não utilizam nenhum recurso ao manejar o solo. Por ser uma área preponderantemente de pecuária leiteira, há grande utilização de esterco de gado na adubação do solo.

Com relação à utilização de técnicas no manejo das águas, 45% dos produtores rurais entrevistados disseram que estão plantando mudas e/ou isolando a área com cerca, respeitando os 30 metros de mata ciliar e 45% dos entrevistados foram atendidos pelo projeto de reflorestamento feito pelo EDR, junto com o Horto Florestal de Assis, e 10% dos produtores não possuem água ou nascente em suas propriedades.

Referente às APPs, todos os produtores entrevistados que têm córrego e/ou nascentes (18 propriedades) dentro de suas propriedades declararam que estão (re)constituindo com vegetação as APPs. Isso se deve, sobretudo, a um projeto de reflorestamento feito nas margens dos rios Pinheiro e Água das Antas, realizado pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER) em conjunto com o Horto Florestal de Assis.

Na tabela 4, verifica-se que 60% das propriedades pesquisadas utilizam insumo químico e/ou (principalmente) orgânico. Somente 25% dos entrevistados fazem o plantio direto na palha e isso se explica pelo fato de haver o predomínio da pecuária leiteira e não do cultivo de grãos, o que diminui a utilização de máquinas no manejo do solo. No entanto, 35% dos entrevistados afirmaram possuir em suas propriedades as curvas de nível e/ou terraços.

TABELA 4 - Técnicas Utilizadas no Manejo do Solo pelo Produtor da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis

Manejo do solo	N. entrevistados	%
Curva de nível e/ou terraceamento	7	35
Insumo químico e/ou orgânico	7	35
Plantio direto/curva de nível/terraçamento/insumo químico e/ou orgânico	5	25
Não utiliza	1	5
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se na tabela 5 que 61,1% dos produtores declararam que estão (re)constituindo com vegetação as APPs com a finalidade de conservar os recursos naturais e, conseqüentemente, impedindo o risco de “desertificação”; 33,3% declararam que as APPs reconstituídas de vegetação impedem o assoreamento dos rios; e 5,6% dos entrevistados afirmaram que as APPs já possuíam vegetação quando adquiriram a propriedade e que apenas a estão mantendo.

TABELA 5 - Razões para a Constituição das APPs com Vegetação pelos Produtores Entrevistados da Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis

Motivos	N. entrevistados	%
Conservar os recursos naturais/impedir desertificação	11	61,1
Impedir o assoreamento do rio	6	33,3
Quando adquiriu a propriedade já existiam as APPs	1	5,6
Total	18	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme verificado em trabalho de campo realizado em 2007 e 2008, o município de Assis ainda apresenta graves problemas ambientais, tais como assoreamento de cursos de água, áreas em processo de voçorocamento, ravinas, erosões, ausência de vegetação em Área de Reserva Legal (ARL) nas duas microbacias trabalhadas pelo programa no município.

No que tange ao cumprimento do Código Florestal que estabelece a constituição e averbação da ARL com vegetação, 90% dos entrevistados não o estão cumprindo.

Dentre os produtores rurais entrevistados que não estão formando ARLs, de acordo com a tabela 6, 27,8% disseram que quando adquiriram as propriedades não era obrigatória a constituição dessa reserva; 22,2% declararam que as APPs já são suficientes; a mesma porcentagem de produtores afirmou não receber nenhum benefício em manter uma ARL, pelo contrário, perderiam área para a exploração agropecuária. Desses produtores, 22,2% não conheciam

o Código Florestal de 1965 e nem a medida provisória n. 1.956-53/2000, que regulamentou essa lei, e 16,7% disseram que ninguém possui essa reserva, conforme dados da tabela 6.

TABELA 6 - Razões para a Não Constituição de Vegetação em ARLs na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, Município de Assis

Motivos	N. entrevistados	%
Perderá uma boa parte da propriedade e/ou não tem benefícios em manter a ARL	2	11,1
Quando adquiriu a propriedade as ARLs não eram obrigatórias	5	27,8
Ninguém tem	3	16,7
Não conhece a lei	4	22,2
A mata ciliar já é suficiente	4	22,2
Total	18	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Por outro lado, dos 10% dos produtores rurais que estão constituindo as ARLs, do total de 20 produtores entrevistados, todos eles afirmaram que estão constituindo a Área de Reserva Legal por causa da lei e que se não fizerem isso poderão ser multados.

Buscou-se averiguar a participação dos produtores rurais na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Microbacia Água das Antas/Pinheiro/Divisa. O presidente da associação reside em uma propriedade na microbacia e a sua sede está estabelecida em um galpão situado nas proximidades da Capela do Pinheiro Santo Rei. A associação foi fundada em 1991 e presta serviços de assistência técnica, contando com três tratores e um tratorista que ficam disponíveis aos associados. O grande problema, segundo o presidente, é a baixa participação dos produtores rurais.

Além dos tratores, a associação conta com quatro carretas, arado, escarificador, distribuidor de calcário e ensiladeira. Somado a esses implementos, a associação recebeu do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, no mês de março de 2008, uma semeadeira de plantio direto, com cinco linhas.

Atualmente, a associação tem dificuldade de funcionar devido, principalmente, à redu-

zida participação dos associados nas reuniões mensais. Esse é o maior problema da associação, no entanto, 85% dos produtores rurais entrevistados disseram que fazem parte da associação.

Além das reuniões, a associação também realiza outras atividades, como palestras sobre a pecuária leiteira (principal atividade da microbacia), apicultura e, de vez em quando, promove algumas festas (dia dos pais, festa junina, fim de ano, etc).

Outra ação relevante da associação é o estabelecimento de parcerias, sobretudo com a Floravale. Esta empresa fornece mudas, principalmente de eucalipto, gratuitamente para os proprietários rurais. Cada produtor pode pegar 4.000 mudas, mas é necessária a autorização do presidente da associação. Até outubro de 2007, foram fornecidas 40.000 mudas de eucalipto para os produtores da microbacia, de acordo com declaração feita pelo presidente da associação por meio de entrevista realizada no dia 3 de outubro de 2007.

Conforme destacado pelo presidente da associação, assim como verificado na pesquisa de campo, a falta de confiança e de participação coletiva dos produtores rurais na associação inviabilizaram a formação de parcerias para a aquisição de sal, insumos e a comercialização conjunta da produção. Em consequência disso, os custos de produção desses produtores continuam altos e suas margens de lucro se mantêm reduzidas.

Para amenizar esse problema, seria fundamental a participação do poder público (CATI, Prefeitura Municipal) com o fito de incentivar esses produtores a participarem da associação e estabelecerem parcerias com outras empresas. Também é necessária a participação de maior número de pessoas na comunidade para fortalecer a Associação de Produtores Rurais da Água das Antas/Pinheiro/Divisa. Essas pessoas teriam que buscar alternativas para a melhoria de vida do produtor rural, aumentando o número de parcerias na comercialização da produção e na realização de cursos específicos para o desenvolvimento tecnológico do produtor rural sobre a pecuária leiteira, inseminação artificial, entre outros.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas enfrentou diversos problemas na

sua operacionalização em São Paulo, como a baixa identificação dos técnicos executores com as premissas do programa, a falta de recursos humanos e financeiros, sobretudo nos seus anos iniciais (HESPANHOL, 2007). Apenas a partir de 2006 o PEMH conseguiu ampliar seus gastos em subvenções ao produtor rural.

Como nos relata o técnico executor em Assis, outra dificuldade enfrentada pelo programa de microbacias foi a desconfiança dos produtores em relação ao pagamento dos benefícios, o que explica o atraso do programa no município. Quando os produtores perceberam que, de fato, a subvenção iria diretamente para as contas respectivas, houve uma maior procura pelos recursos, sobrecarregando os funcionários da CATI.

Não obstante os obstáculos enfrentados, o programa alcançou resultados positivos no apoio ao pequeno produtor rural (com área de até 50 ha), incentivando-o a utilizar o calcário, fornecendo implementos agrícolas (roçadeira, semeadeira de plantio direto, etc) e, principalmente, inserindo a dimensão ambiental no dia a dia do agricultor, ou seja, incentivando a recomposição de vegetação nas áreas de preservação permanentes, por meio da promoção de palestras de educação ambiental, que preconizam o manejo adequado do solo (plantio direto) e da água (curva de nível e terraços). Mesmo os engenheiros agrônomos envolvidos no programa estão mudando a mentalidade “produtivista” que apreenderam nas universidades. Ou seja, esses profissionais também passam a valorizar a di-

mensão ambiental nas políticas agrícolas.

Em Assis, o PEMH iniciou sua operacionalização em 2001 na Água do Pavão/Matão e, em 2006, passou a atender os produtores da Água das Antas/Pinheiro/Divisa. Inicialmente, o programa teve problemas devido à alta rotatividade dos técnicos, o que inviabilizou a confiança dos produtores, e por conta da falta de apoio da prefeitura de Assis, que era responsável por ceder o agrônomo para comandar o programa em âmbito municipal.

No entanto, o programa de microbacias trouxe vários benefícios para os pequenos produtores rurais de Assis, como a construção de poços semiartesianos, o que aumentou a quantidade de água para o abastecimento humano e de animais; incentivou o manejo adequado do solo, com a cessão da máquina de plantio direto; e fortaleceu as associações de produtores, com a doação de equipamentos e *kit* de informática. Tudo isso se refletiu na avaliação desses produtores quando perguntados sobre o programa, apresentando um índice de ótimo/bom de 85% (pesquisa realizada pelo autor).

Dessa forma, torna-se de suma importância a atuação do Estado na promoção de políticas públicas destinadas aos pequenos produtores rurais, com a finalidade de reverter a situação marginalizada em que vivem uma boa parte desses agricultores e, de tentar amenizar os problemas ambientais nas zonas rurais, como a erosão e o assoreamento dos rios e córregos.

LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: organização rural e capacitação do atores. São Paulo, 2004. (Nota técnica - relatório final)

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: manual do programa: seção operativa. CATI: São Paulo, 2001.

_____. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: seção operativa - incentivo ao manejo e conservação dos recursos naturais. Campinas: CATI, 2005, v. 3. São Paulo, 2005.

_____. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: valor das práticas apoiadas pelo programa de microbacias hidrográficas. São Paulo: CATI, 2007. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/ValorPraticaApoiadas.php>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. **Práticas de manejo e conservação do solo e da água, executadas pelos produtores com incentivo do PEMH nos Município dos Médio Paranapanema**. São Paulo: CATI, 2008a. Disponível em: <<http://>

www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/dadosPEMH/medioparanapanema/Incentivos%20por%20MBH-medioparanapanema.pdf. Acesso em: 30 out. 2008.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: o programa de microbacias melhora a sua vida: experiências de sucesso. São Paulo: CATI, 2008b. CD-ROM.

_____. **Práticas de manejo e conservação do solo e da água, executadas pelos produtores com incentivo do PEMH**. São Paulo: CATI, 2009. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_projetos/pemh/dadosPEMH/Incentivos_por_MBH_resumoestado.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2009.

FONTES, J. L. Programa de microbacias hidrográficas: justificativa, histórico, estratégias e resultados. In: RODRIGUES, V. A.; BUCCI, L. A. (Org.). **Manejo de microbacias hidrográficas**: experiências nacionais e internacionais. Botucatu: FEPAF, 2006, p. 200-215.

_____. O projeto microbacias em São Paulo: principais resultados: o novo ciclo e suas respostas. IN: SEMINÁRIO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL. 1., 2008. Campinas, 2008. **Palestra...** Campinas: CATI, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/Cati/includes/CalendarioEventos/SeminarioManejoRecursosnaturais/material/materialSeminario.php>>. Acesso em: 14 out. 2008.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. v. 1. p. 1-26.

_____. O Desenvolvimento rural na França e no Brasil: as experiências LEADER no Centro-Oeste da Bretanha e do Programa de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS. 5., 2007. **Lãs realciones triangulares entre Europa y lãs Américas em el Siglo XXI**: expectativas y desafios. Bruxelas, 2007.

NEVES NETO, C. C. **O programa estadual de microbacias hidrográficas em São Paulo**: o caso do município de Assis/SP. 2009. 196 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

RICCI, R. Uma tentativa de síntese. In: SEMINÁRIO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2008, Campinas. **Os projetos "microbacias" em São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/Cati/includes/CalendarioEventos/SeminarioManejoRecursosnaturais/material/materialSeminario.php>>. Acesso em: 14 out. 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Teto do programa de microbacias é reajustado em 25%**. São Paulo: São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=86826>>. Acesso em: 20 out. 2007.

OS RESULTADOS DO PROGRAMA DE MICROBACIAS NO MUNICÍPIO DE ASSIS, ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar os resultados do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) no Estado de São Paulo, que foi implementado entre 2000 e 2008. As características essenciais do programa foram: descentralização das ações, participação de setores da sociedade civil na sua implantação e a incorporação da dimensão ambiental nas políticas públicas. Como estudo de caso, pesquisou-se o município de Assis, que passou a ser atendido por essa política pública estadual em 2001. Neste trabalho, serão destacados os resultados do programa na Microbacia da Água das Antas/Pinheiro/Divisa, que recebeu mais de 250 mil reais em recursos e seus produtores tiveram

benefícios, tais como, construção de oito abastecedores comunitários, cessão de máquina de plantio direto e kit de informática para a associação, doação de calcário, construção de terraços e controle de erosões.

Palavras-chave: programa estadual de microbacias hidrográficas, produtor rural, meio ambiente, agricultura, políticas públicas.

RESULTS OF THE MICROBASIN PROGRAM IN THE CITY OF ASSIS, SAO PAULO STATE

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to analyze the results of Sao Paulo's State Hydrographic Microbasin Program, implemented between 2000 and 2008, the essential features of which being: decentralization of actions, participation of civil society sectors in its implementation, and incorporation of environmental issues in public policies. In a previous case study we surveyed the city of Assis, which has been covered by this public policy since 2001. The present article provides the results of the Program in the Antas/Pinheiro Microbasin, which received over 250 thousand dollars in resources and whose producers enjoyed benefits such as the construction of eight community water supplies, the assignment of direct drilling machinery, computer kits for their Association, donations of limestone, construction of terraces and erosion control.*

Key-words: *state microbasin program, rural producers, environment, agriculture, public policies.*